



O SERVIÇO SOCIAL E A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO: desafios frente ao cenário crise

CARRARO, Gissele
ZACARIAS, Inez Rocha

RESUMO: O presente artigo analisa os desafios e os dilemas colocados pela atual conjuntura societária brasileira, para a materialização do conjunto valorativo que orienta a direção social da profissão. O conjunto da categoria profissional, ao longo das últimas quatro décadas, tem construído e buscado consolidar um projeto profissional vinculado a um projeto societário contra-hegemônico, alinhado aos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, ancorado na tradição marxista. Contudo, o cenário político atual, nos marcos do capitalismo no Brasil, tem apresentado desafios importantes, que têm posto em xeque a continuidade desse processo, tendo em vista o avanço de reformas que atacam direitos sociais dos trabalhadores que visam reduzir as responsabilidades do Estado, projeto que é resultado de mais uma estratégia de recuperação do processo acumulativo do capital. Diante deste contexto, entende-se ser necessário realizar uma análise de alguns elementos conjunturais desse momento histórico para que se possa construir propostas e estratégias de coletivas para o enfrentamento dos entraves que se colocam, para dar continuidade ao processo de consolidação da direção socio-política da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Direção social da profissão; Crise e reestruturação do capital.

1 INTRODUÇÃO

A premissa de análise é que a compreensão das possibilidades e dos entraves encontrados para a efetivação da direção social do Serviço Social demanda, imprescindivelmente, considerar os condicionantes econômicos, sociais, políticos, culturais que conformam a formação e o trabalho profissional na conjuntura recente - marcada pela coexistência da crise econômica e da crise política que assola o país -, visto que não se dissociam dos processos em curso na sociedade capitalista brasileira. Ou seja, a possibilidade de imprimir uma determinada direção social encontra-se amparada na relativa autonomia de que dispõe o assistente social, reconhecida legalmente, sendo condicionada pela “correlação das forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais [...]” (IAMAMOTO, 2017, p. 28) que atua.

A conjuntura atual apresenta inúmeros e complexos desafios ao universo do trabalho, o qual encontra-se inserido o assistente social enquanto trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho especializada ao mercado, mediante determinadas condições e relações trabalho, meios e mediações que interferem no processamento e



resultados da atividade prática com incidências sobre a autonomia profissional e com novas exigências em termos de atribuições e competências profissionais. Deste modo, o trabalho do assistente social somente pode ser pensado a partir do quadro das relações de classes, das disputas por projetos e interesses distintos que se colocam no cenário político e das mudanças no regime de acumulação do capital que incidem diretamente sobre a classe trabalhadora¹ em seu “modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social”. (IAMAMOTO, 2017, p. 22).

Com base nesse pressuposto, entende-se que o ponto de partida para as reflexões tecidas nesse artigo é o cenário político-econômico atual do Brasil, que vem sinalizando, no último período, em direção à desproteção social e ao acirramento da flexibilização, desregulamentação e precarização das relações de trabalho, através das iminentes reformas trabalhista e previdenciária e da já aprovada PEC do teto dos gastos públicos (Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016) - que congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação por 20 anos, e limita o crescimento dos gastos públicos. Tais reformas são substanciadas por um projeto de enxugamento das responsabilidades estatais no que se refere à garantia dos direitos sociais e mais ativo na esfera das políticas econômicas, favorecendo o livre mercado, frente às necessidades de reestruturação do capital, de reinvenção e expansão de outras formas de acumulação do capital.

Nesse contexto, o Serviço Social, tendo em vista uma visão que situa a profissão inserida e conformada nas relações sociais que se estabelecem a partir da dinâmica societária política e econômica, precisa estar atento para o novo quadro de transformações e as exigências que se impõe, para repensar estratégias profissionais que possam enfrentar criticamente essa nova conjuntura. São desafios que indicam a necessidade de reafirmar e consolidar cotidianamente os valores, os princípios e as finalidades contidas no projeto ético-político do Serviço Social frente a um contexto de barbarização da vida, reacionarismo e conservadorismo. Esse enfrentamento, por sua vez, supõe o fortalecimento de processos de mobilização social e organização na luta por um projeto de sociedade com viés emancipatório do qual o Serviço Social tem buscado, nos últimos anos, alinhamento político,

¹ Para este trabalho utiliza-se como sinônimos de trabalhador, classe trabalhadora a denominação *classe que vive do trabalho*, por esta abranger uma “noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora [a qual correspondem] [...] aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva.” (ANTUNES, 2000, p. 52).



em direção contrária ao projeto societário em vigência que busca a conservação da ordem social e voltada para legitimar os interesses da classe dominante.

Cabe, portanto, aos assistentes sociais aprofundar o debate sobre o que conforma o seu tempo presente, tendo em vista os impactos sobre a questão social – matéria-prima e justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão – e suas manifestações na vida individual e/ou coletiva dos sujeitos sociais.

2 A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE SUA CONFORMAÇÃO

A conformação da direção social da profissão, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e a edificação de uma nova ordem societária, assumida pelo Serviço Social, a partir da década de 1990, é resultado de um amplo processo histórico de “[...] debate e embate entre diferentes projetos societários e projetos profissionais, não sendo, portanto, dado *a priori*, mas definindo-se como hegemônica na processualidade dos confrontos das diferentes vertentes teórico-político-ideológicas presentes na profissão”. (CARDOSO, 1999, p. 92). Trata-se, portanto, de uma construção coletiva, que iniciou com um movimento latinoamericano de busca pela redefinição da profissão em 1960, frente à dinâmica da sociedade brasileira, que trazia demandas que não encontravam suporte e careciam de mediações capazes de explicar as determinações dos processos sociais em curso e intervir sobre e na realidade.

Desse modo, a partir dos meados da década de 1960, através do chamado Movimento de Reconceituação, o Serviço Social brasileiro iniciou a construção de um novo projeto profissional, atento e comprometido com os interesses da classe trabalhadora. As primeiras incursões do Serviço Social pelos caminhos do marxismo e da contestação com o conservadorismo no interior da profissão ocorreram a partir da emergência de grupos profissionais alavancados por um determinado período histórico favorável às lutas sociais no Brasil e em alguns países da América Latina. Sendo expressão do tempo e espaço ocupados nesse momento. Esse movimento esteve intrinsecamente vinculado e influenciado pelas lutas sociais de oposição ao padrão de desenvolvimento capitalista que se espalharam pelo continente, absorvendo para o debate profissional muitas das pautas que se encontravam em destaque entre os setores mais progressistas e de viés anticapitalistas que protagonizavam as principais disputas sociais da época. A introjeção dessas pautas



levou a uma insurgência entre alguns setores profissionais que exigiam, concomitantemente, a negação do que era considerado ultrapassado frente às novas exigências sociais, assim como a uma reconsideração sobre as bases teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentavam o trabalho profissional.

Desta forma, esse movimento latinoamericano de reconceituação do Serviço Social apostou na possibilidade de uma atuação profissional protagonista frente às demandas sociais que cada vez mais se complexificavam, negando os elementos de subalternidade que caracterizavam o trabalho do Assistente Social e questionando “[...] seus fundamentos ídeo-teóricos, [...] suas raízes sociopolíticas, [...] direção social [...] seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2001, p. 206), o *status quo* e a prática institucional vigente, em busca de ruptura com a herança conservadora no sentido de reconhecer “[...] *as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários*, isto é, dos setores dominandos da sociedade”. (IAMAMOTO, 2011, p. 37). Portanto, o Movimento de Reconceituação

perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de *denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano*, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTTO, 2001, p. 207).

Nesse sentido, os esforços empreendidos voltaram-se para a edificação de um projeto profissional que levasse em conta as particularidades da região latino-americana, movendo-se firmemente no terreno de combate ao conservadorismo, tecendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às múltiplas expressões da questão social, assim como dos fundamentos teóricos e metodológicos e valores e princípios éticos específicos orientadores da formação e do trabalho profissional. Em suma,

[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constituiu-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista (SILVA, 2011, p. 100).

Nesta perspectiva, o delineamento de um projeto de profissão vinculou-se, desde o início, a um projeto societário mais amplo, de modo a responder às exigências que o processo de relações sociais colocava para o Serviço Social. Foi constituindo-se, conectado



às lutas que a classe trabalhadora assumiu no interior da sociedade capitalista brasileira, num movimento de luta pela redemocratização da sociedade e do Estado, em direção à construção de alternativas concretas de resistência, mobilização e organização popular frente aos processos sociais subalternizadores² vivenciados por distintos sujeitos sociais. Então, a direção social do projeto profissional vinculada aos interesses coletivos da classe trabalhadora passa a ser defendida e explicitada pelo Serviço Social, afirmando a dimensão política do trabalho profissional.

Enquanto um dos marcos políticos neste período, pode ser citado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979, na cidade de São Paulo, quando uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, recompondo-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores (REIS, 2008). Esse Congresso ficou conhecido como o ‘Congresso da Virada’, que se consolidou com um marco central no processo de luta e ruptura com o conservadorismo e, renovação do Serviço Social, em que a categoria deliberou

[...] por uma direção sócio-política de seu projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora. Isso somente foi possível pelo fato da reorganização político-sindical da categoria se inscrever no processo crescente de mobilização e lutas, que articulava as questões específicas da categoria às lutas políticas mais amplas, o que lhe conferia representatividade e legitimidade. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 56).

Desse modo, se estabelece a partir desse marco histórico uma explícita articulação e integração entre o projeto profissional e o projeto societário de cunho emancipatório na dimensão da formação e do trabalho profissional, nas expressões e manifestações coletivas da categoria via entidades representativas, nas articulações com outras entidades de Serviço Social (em nível regional e internacional) e com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados que partilhavam de lutas comuns por direitos e construíam diversas formas de resistência às variadas formas de exploração e opressão da sociedade capitalista brasileira. Destarte, esse processo de delineamento de um projeto de profissão implicou também, num movimento de “[...] revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político”. (YAZBEK, 2009, p. 147).

Contudo, Netto (2009) explica que os fundamentos teórico-metodológicos defendidos pelo Movimento de Reconceituação eram heterogêneos, se tratando de uma “renovação caleidoscópica” (p. 148). Inclusive, se identificam dois grandes grupos que compuseram

² Expressão cunhada por Prates (2016, p. 5): “Entendemos como processos sociais subalternizadores as diferentes formas de exploração, subjogação, violência, manipulação, dominação, entre outras, que violam direitos e destituem iniciativas, desmoralizam e agridem, de forma velada ou explícita, sujeitos e grupos expondo-os à condição de dependência, passividade, desmoralização [...]”.



esse movimento pela renovação profissional: o primeiro buscava uma renovação profissional a partir de um processo de modernização conservadora, com a finalidade de tornar o Serviço Social uma profissão comprometida com os projetos desenvolvimentistas emergentes nos países capitalistas periféricos; já o segundo grupo empenhava-se em provocar uma ruptura radical com o passado profissional e buscava alinhar o Serviço Social com os projetos societários de superação da ordem capitalista.

Contudo, nesse interim entre as décadas de 1960 e 1980, os primeiros movimentos³ que incidiram diretamente sobre a profissão criaram um quadro, ainda que muito residual, se comparado com o que viria a se constituir, a de uma onda de questionamentos ao que se vinha desenvolvendo profissionalmente, partindo principalmente dos aportes dos programas de pós-graduação cujas pesquisas iniciaram nas décadas de 1970 e 1980 do século XX. Mas, esse processo, no Brasil, assim como ocorreu na América Latina, não apresentou homogeneidade na categoria em suas posições, o que gerou inúmeros debates ao longo da década de 1980 e 1990.

Cabe destacar ainda, que com o processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980 “a militância político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão [...]”. (BARROCO, 2008, p. 168). Destarte, verifica-se na década de 1980 o “coroamento” do projeto ético-político pela categoria profissional dos (as) assistentes sociais, quando a formação profissional recebe novos direcionamentos e passa a contar com um currículo orientado pela teoria crítica e com um projeto comprometido com as classes subalternas, pressupostos presentes no Código de Ética aprovado na ocasião, em 1986. Já a década de 1990 expressa o avanço teórico proporcionado pelo acúmulo anterior.

[...] explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações) que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. (REIS, 200, s.p.).

³ Dentre estes movimentos, o Método BH, que emergiu sob o contexto da ditadura militar por iniciativa da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, representou a primeira elaboração com uma destacada preocupação teórica e metodológica, concentrada na proposição de alternativas de intervenção profissional, assim como na construção de outro modelo de formação profissional. Além disso, como resultado dessa influência do pensamento marxista, delineou-se sob a perspectiva da luta de classes, apontando para o necessário comprometimento da atuação profissional com os interesses das classes subalternas. O “Método BH”³, como ficou conhecido, demarcou uma outra etapa no movimento de renovação do Serviço Social, pois foi o único, entre as vertentes que se apresentaram, que realmente intencionou uma ruptura radical com o conservadorismo tradicional da profissão.



As teses e artigos produzidos na década de 1990 evidenciam a presença de reflexões sobre o método crítico-dialético, a cultura, a alienação, a práxis e aponta novas possibilidades para a discussão ética. (BARROCO, 2008). Esse processo de discussões/reflexões propicia a revisão do Código de Ética de 1986 que culmina na aprovação do novo Código de Ética de 1993. Ao romper com o Serviço Social tradicional, o Código de Ética de 1993 remete à construção dum projeto profissional vinculado a um projeto social radicalmente democrático comprometido com os interesses da classe trabalhadora. (BARROCO, 2008).

Ressalta-se, na década de 2000, dois processos que encontram-se inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que este sofre diante do projeto neoliberal que repercutem na formação e no exercício profissional dos (as) assistentes sociais. Diante dos desafios postos a profissão identifica-se limites assim como possibilidades ao exercício profissional, uma vez que “sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas [...] resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social”. (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Iamamoto explica que, ao se caracterizar a profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais, é possível compreender o seu significado sócio-histórico, ou seja, como o Serviço Social se trama no contexto do capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Apesar de o Serviço Social não se caracterizar enquanto profissão que intervém no processo direto da produção material, os seus agentes contribuem para o desenvolvimento desse processo, pois atuam sobre as condições de vida da classe trabalhadora, contribuindo para a valorização do capital. “A produção e a reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 93).

Do mesmo ângulo, a profissão se conforma a partir da reprodução social, constituindo-se entre as demais superestruturas sociais, principalmente por atuar junto ao aparato burocrático do Estado, exercendo funções comprometidas com o controle ideológico das massas. Como campo de atuação profissional, os serviços sociais exercem papel fundamental no auxílio à reprodução da força de trabalho, pois contribuem para amenizar os danos da exploração, sem avistar a sua eliminação.



O significado da atividade prática do Assistente Social, do ponto de vista da reprodução das condições de vida da força de trabalho, demonstra o caráter contraditório do seu trabalho, que ora tende para a manutenção de um status quo, contribuindo para a reprodução do capital, ora tende para uma ação mais questionadora, comprometendo-se com um novo projeto de sociedade. Expressa, dessa forma, através da sua atividade, a polarização entre diferentes interesses que emergem no seu cotidiano profissional. Portanto, quanto mais entram em choque os interesses antagônicos das classes sociais no cenário do capitalismo brasileiro, mais entra em contradição o trabalho profissional, em virtude destes interesses divergentes que se materializam no cotidiano do Serviço Social, entre os interesses de quem paga pela a sua força de trabalho e quem recebe imediatamente os benefícios do trabalho.

Deste modo, o significado do projeto profissional crítico para o Serviço Social reside no fato deste projeto significar uma “possibilidade” dos profissionais refletirem e apreenderem os fundamentos (objetivos e subjetivos) nos quais a intervenção profissional desenvolve-se. Pois, os projetos profissionais constituem-se de conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e princípios e diretrizes ético-políticas que orientam o perfil profissional. Assim como, compõem-se de bases normativas e valorativas as quais a profissão se inter-relaciona com a sociedade objetivando uma análise crítica da sociedade capitalista.

Por ser o Serviço Social uma profissão orientada por um projeto profissional crítico identifica-se a possibilidade de (re) construção permanente do perfil profissional: profissional conhecedor de suas competências e qualidade técnica, ações orientadas de forma crítica, clara e consciente, voltada a defesa intransigente dos direitos (sociais, civis e políticos), vinculada aos movimentos sociais em busca de alianças possibilitadoras da instituição de uma cultura democrática e de respeito aos direitos conquistados e à superação da relação profissional-conservadorismo historicamente atribuída.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO

A materialização de um projeto profissional crítico depende efetivamente das condições sociais objetivas, em que se desenvolve esse processo, considerando da mesma forma a atuação dos sujeitos envolvidos. Marx defendeu que as condições materiais, a forma como os homens fazem materialmente a sua história determina a sua consciência.



Porém, esse é um processo de mão dupla: os homens também são protagonistas da sua própria história (MARX, 1978). Os homens fazem a sua história, mas não nas condições sociais por eles escolhidas, mas em condições objetivas constituídas historicamente (MARX, 1997). O problema é que sob as condições de produção capitalista, o homem encontra-se cada vez mais afastado da sua própria natureza. A equação *produção coletiva e apropriação privada* dos produtos do trabalho, o homem é controlado pelo processo de produção e não o contrário, desenvolvendo-se através de uma relação estranha entre o produtor e o produto do seu trabalho. É um processo que o aliena do trabalho e o aliena nas relações sociais que, por sua vez, se estabelecem por relações mercadológicas (MARX, 2011).

Nesse contexto de iminência de perda de direitos sociais, historicamente conquistados pela classe trabalhadora, estão dispostos desafios complexos no âmbito da atuação profissional. Ao mesmo tempo em que se destaca um cenário político-social desfavorável à classe trabalhadora, se acirram as contradições de um modelo econômico cada vez mais desigual, o que impõe uma nova agenda de lutas e reorganização da classe trabalhadora. Desta forma, é uma realidade que exige dos assistentes sociais uma reavaliação constante das suas ações profissionais, para que as suas estratégias de intervenção estejam condizentes com o próprio movimento da realidade conforme uma direção social que esteja em sintonia com um projeto societário emancipatório. Portanto, se faz cada vez mais imperativo uma reinserção nos processos coletivos de mobilização e organização da classe trabalhadora – indispensáveis para o estabelecimento de novas formas de luta e resistência cotidiana. Para alavancar esses processos é imprescindível investir em educação política e na retomada do trabalho de base, já que se trata de disputas por projetos societários divergentes. O que se defende é que não se pode perder a capacidade criativa do trabalho, mesmo considerando as suas contradições e condições limitadas, nesse modo de produção. Ao contrário, as contradições não podem ser barreiras que levam ao imobilismo, estas precisam ser reconhecidas como o que realmente são: o motor da transformação.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009, p. 55-78.



ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Franci Gomes. A Formação Profissional do Assistente Social em Movimento. **Revista Serviço Social & Movimento Social**, São Luís, v. 1, n.1, p. 87-95, jul./dez. 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>>. Acesso em 07 de jul. 2017.

MARX, Karl. *Tese contra Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. *18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *O capital*: a crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro I. Volume 1.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

PRATES, Jane Cruz. 80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 01 - 09, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24594/14628>>. Acesso em 10 de jul. 2017.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: CRESS 7 Região. (Org.). **Assistente Social**: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções. 5ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cefss/Abepss, 2009, p. 144-163.